



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: CISLAGOS**

**Município: ALFENAS/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Especial

**Entidade Responsável:** CISLAGOS

**CPF/CNPJ:** 01.243.423/0001-03

**Município/UF:** ALFENAS-MG

**Unidade Visitada:** CISLAGOS

**CPF/CNPJ:** 01.243.423/0001-03

**Município/UF:** ALFENAS/MG

**Demandante:** Ouvidoria Secretaria Estadual de Saúde

**Forma:** Direta

**Objeto:** Recurso financeiro

**Abrangência:** 01/2017 a 12/2020

**Gestão do Prestador:** Plena

**Fase(s):**

| Tipo da Fase       | Data Início | Data Término |
|--------------------|-------------|--------------|
| Analítica          | 09/03/2021  | 30/04/2021   |
| Execução - In loco | 03/05/2021  | 24/05/2021   |
| Relatório          | 25/05/2021  | 25/06/2021   |

**Tarefa Nº:** 125670

**Natureza da Entidade:** Privado sem fins lucrativos-filantropico

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**LAERCIO CINTRA NOGUEIRA**

**Cargo:** Presidente do CISLAGOS

**Exercício:** 01/01/2019 a 31/05/2020

**LUIZ ANTONIO DA SILVA**

**Cargo:** Presidente do CISLAGOS

**Exercício:** 01/01/2017 a 31/12/2018

**RENATO FERREIRA DE OLIVEIRA**

**Cargo:** Presidente

**Exercício:** 01/06/2020 a 31/12/2020

Auditoria nº 646



### III - INTRODUÇÃO

#### III.1 - Fator Desencadeante:

Trata-se de auditoria especial no Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas (CISLAGOS), realizada em atendimento a demanda encaminhada à AUDSUS por meio do Memorando.SES/URSALF.nº37/2020 de 24/11/2020 da

Superintendência Regional Saúde de Alfenas. Em sua origem, trata-se de denúncias apresentadas à Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais/Ouvidoria de Saúde relativas irregularidades no pagamento ao Hospital Gimirim de Poço Fundo de cirurgias eletivas realizadas e irregularidades na prestação de contas do CISLAGOS.

#### III.2 Objetivos e Escopo

- Apurar as denúncias feitas à Ouvidoria Geral do SUS acerca de irregularidades envolvendo o pagamento pelo CISLAGOS por cirurgias eletivas realizadas no Hospital de Gimirim em Poço Fundo/MG;
- Apurar os fatos apontados na denúncia referentes à existência de pagamento em duplicidade ao Hospital Gimirim pela realização de procedimentos cirúrgicos eletivos pelo SUS e pelo Consórcio CISLAGOS;
- Apurar a falta de transparência na realização e divulgação das prestações de contas pelo Consórcio CISLAGOS.

O período de abrangência foi de janeiro/2017 a dezembro/2020.

#### III.3 - Caracterização do Objeto da Auditoria:

O CISLAGOS constitui uma Associação Civil de Direito Privado Interno, com fins não econômicos situado no município de Alfenas, município pólo da Macroregião de Saúde Sul e da Microrregião Alfenas/Machado. O consórcio alcança uma população de 666.296 habitantes distribuída nos 37 municípios consorciados. Os seguintes municípios participam do CISLAGOS: Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Arceburgo, Areado, Bandeira do Sul, Boa Esperança, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro,

Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Coqueiral, Delfinópolis, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Illicínea, Jacuí, Juruaia, Machado, Monte Belo, Muzambinho, Nepomuceno, Nova Resende, Paraguaçu, Poço Fundo, Santana da Vargem, São José da Barra, São Pedro da União e Serrania. Com base nos dados colhidos em 30/08/2021 no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), é de competência do CISLAGOS a oferta de serviços de média complexidade como serviços próprios: atenção à saúde auditiva, atenção psicossocial, diagnóstico por imagem (próprio e terceirizado), laboratório de prótese dentária, endoscopia (próprio e terceirizado), serviços de órteses, próteses e material especial em reabilitação, serviço de reabilitação e os seguintes serviços terceirizados: serviços de diagnóstico por métodos gráficos dinâmicos (próprio e terceirizado), consultas especializadas, serviço de oftalmologia, a serem definidos pelo consórcio conjuntamente com os municípios consorciados, distribuição de órtese e prótese à população devidamente referenciada pelos municípios consorciados, promover cursos de capacitação ou formação de servidores dos municípios

consorciados de forma direta ou através de convênios com instituições de ensino. Fonte:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama> Sétima Alteração do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS.

### IV - METODOLOGIA

#### IV.1 - Fase Analítica:

A fase analítica da auditoria se desenvolveu no período de 09/03/2021 a 30/04/2021 por meio de:

- Análise de documentos referentes ao processo de auditoria - processo SEI nº 1320.01.0136976/2020-65;
- Consulta às Resoluções, Portarias e demais Normativas referentes aos Consórcios Intermunicipais de Saúde;
- Extração e análise dos dados do CISLAGOS nos portais SCNES, site

Auditoria nº 646



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

<http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/ficha/infGerais/3101602171961> ;

- Extração e análise de dados referentes aos processos de licitação e contratos do portal transparência do CISLAGOS - site <http://www.cislagos.com.br> ;
- Análise de documentos disponibilizados pelo CISLAGOS no processo SEI nº 1320.01.0046962/2021-08.

### IV.2 - Fase Operativa:

No dia 03/05/2021 às 9hs, por meio de videoconferência, através da plataforma Google Meet, pelo link [meet.google.com/trc-rjke-wpm](https://meet.google.com/trc-rjke-wpm), realizou-se reunião para abertura dos trabalhos referentes à Auditoria Especial a ser realizada no CISLAGOS Alfenas. Nesta reunião, foi enfatizada a necessidade de encaminhamento da documentação solicitada previamente para melhor condução da auditoria. Participaram da mesma os auditores da SES/MG e representantes do CISLAGOS.

De 03/05/2021 a 12/05/2021 – período de análise da documentação disponibilizada pelo CISLAGOS no processo SEI nº 1320.01.0046962/2021-08 de forma remota (sem visita *in loco*) e contatos telefônicos para esclarecimentos e complementação de documentação.

Dia 24/05/2021 - 13h30 Videoconferência com representantes do CISLAGOS para encerramento e assinatura do Termo de Auditoria.

Limitações: Não Houve Limitações.

## V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628958

**Subgrupo:** Licitação

**Item:** Procedimento

**Constatação:** O CISLAGOS adotou procedimentos administrativos e os atos legais para pagamento de valores dos procedimentos cirúrgicos eletivos ao Hospital de Gimirim.

**Evidência:** O CISLAGOS adotou procedimentos administrativos e os atos legais para pagamento de valores dos procedimentos cirúrgicos eletivos ao Hospital de Gimirim, conforme previsto no Estatuto Social do consórcio. Em 2017, foi instaurado Procedimento Administrativo nº10/2017 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017. Em 2018, foi instaurado Procedimento Administrativo nº11/2018 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2018. Em 2019, foi instaurado Procedimento Administrativo nº007/2019 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2019 e em 2020, foi instaurado Procedimento Administrativo nº001/2020 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº001/2020. Estes processos geraram, respectivamente, Minuta Contratual firmada entre Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da região do Sul de Minas - CISLAGOS e Hospital de Gimirim, contrato nº030/2018, Contrato nº 036/2019 e Contrato nº04/2020. Verificou-se, nos processos administrativos, a existência de justificativas, razões assistenciais e financeiras bem como ampla divulgação. Tal fato está de acordo com Lei nº11.107/2005 alterada pela Lei nº 13.822/2019 art. 1º §3º e art. 6º §2º, Estatuto do CISLAGOS, 5ª alteração, art. 6º §3º alínea b, art. 15 inciso II, art. 17 inciso IV e art. 23 inciso XI e XIV, Lei 8.666/93 art. 24 e 25, PRC nº01/2017-TÍTULO VI - DA PARTICIPAÇÃO COMPLEMENTAR - CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - art. 128, art. 129 inciso I, II, VIII, IX e X, art. 130 §1º e §6º, art. 132 §1º e 2º e art. 133, incisos de I a VI.

**Fonte da Evidência:** Procedimento Administrativo nº10/2017 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017, Minuta Contratual firmada entre Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da região do Sul de Minas CISLAGOS e Hospital de Gimirim, Procedimento Administrativo nº11/2018 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2018, Contrato nº030/2018, Contrato nº036/2019 e Contrato nº04/2020.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

Procedimento Administrativo nº007/2019 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2019, Contrato nº 036/2019, Procedimento Administrativo nº001/2020 - Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº001/2020 e Contrato nº04/2020.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628960

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Pagamento

**Constatação:** Os valores das propostas de pagamentos do CISLAGOS nos Editais de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento do período de 2017 a 2020 não utilizam a Tabela SUS como referência.

**Evidência:** Constatou-se que os valores das propostas de pagamentos do CISLAGOS nos Editais de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017, nº007/2018, nº007/2019 e nº001/2020 não utilizam a Tabela SUS como referência. No Termo de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados - Anexo I do Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017 item 1.2 e na Cláusula VI - Do Preço, item 6.1 da Minuta Contratual e No Termo de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados - Anexo I do Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº001/2018 item 2.1 - especificação do objeto e na Cláusula VI - Do Preço, item 6.1 do Contrato nº 030/2018 são fixados valores para consultas de R\$30,00 (trinta reais), R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), sem referência a Tabela SUS. No Termo de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados - Anexo I do Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2019 item 1.1 - especificação do objeto e na Cláusula VI - Do Preço, item 6.1 do Contrato nº 036/2019 e No Termo de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados - Anexo I do Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº001/2020 item 1.1 - especificação do objeto e na Cláusula VI - Do Preço, item 6.1 do Contrato nº 004/2020 são fixados valores aleatórios para consultas, exames e procedimentos. Há previsão para pagamento integral dos procedimentos realizados ao Hospital Gimirim pelo CISLAGOS, porém não há relação entre a metodologia utilizada para determinar esses valores e a Tabela SUS. Tal fato está em desacordo com a Lei Federal nº 11.107/2005, art. 1º, § 3º e PRC nº01/2017 art. 130 §6º.

**Fonte da Evidência:** Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017, Minuta Contratual firmada entre Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da região do Sul de Minas - CISLAGOS e Hospital de Gimirim, Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2018, Contrato nº030/2018, Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2019, Contrato nº 036/2019, Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº001/2020 e Contrato nº04/2020, Ofício nº010/2020 de 29/12/2020 e Ofício nº005/2021 de 12/04/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1 - Por meio do Ofício nº10/2022, de 26/04/2022, o Presidente do CISLAGOS, Sr. L.C.N. encaminhou a seguinte manifestação: Para melhores esclarecimentos a presente defesa será feita em tópicos, sendo que primeiro busca demonstrar a natureza jurídica do Consórcio.

I - Do CISLAGOS - Não subordinação às regras previstas na Lei Federal nº 11.107/2005. O CISLAGOS foi criado no ano de 1995, sendo constituído sob a forma jurídica de Associação Civil de Direito Privado Interno, com fins não econômicos. Neste sentido, segue o disposto no artigo 1º de seu Estatuto Social: Art. 1º Fica constituído o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas - CISLAGOS, sob a forma jurídica da Associação Civil de Direito Privado Interno, com fins não econômicos, de conformidade com o Código Civil Brasileiro e legislação pertinente, inclusive a de Direito Público no que lhe aplicar em virtude de sua atividade, pelo presente Estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos. Nessa mesma linha, também vejamos o disposto no artigo 49 de seu Estatuto: Art. 49 - O presente Estatuto foi aprovado originalmente pela Assembleia Geral Extraordinária, em data de 01 de agosto de 1995, que criou o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas - CISLAGOS, sendo que dentre suas alterações Estatutárias, o Estatuto do CISLAGOS foi adequado ao Novo Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10.01.2002 e

44/2022 nº 646



alterações posteriores). Conforme se observa, a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos é posterior à criação do CISLAGOS. Nesse diapasão, merece destacar que em nenhum momento obrigou aos Consórcios já existentes a se adaptarem a respectiva lei, ao contrário, o artigo 19 da Lei Federal e o artigo 41 do Decreto Federal nº 6.017/2007, que a regulamenta, assim preveem: Art. 19 - O disposto nesta Lei não se aplica aos convênios de cooperação, contratos de programas para gestão associada de serviços públicos ou instrumentos congêneres, que tenham sido celebrados anteriormente a sua vigência. Art. 41 - Os consórcios constituídos em desacordo com a Lei nº 11.107 de 2005, poderão ser transformados em consórcios públicos de direito público ou de direito privado, desde que atendidos os requisitos de celebração de protocolo de intenções e de sua ratificação por lei de cada ente da Federação consorciado. O legislador ao utilizar a palavra "poderão" deixou como uma faculdade, sendo certo que aqueles que não quisessem se adaptar ou aplicar a Lei Federal poderiam e podem continuar como são. Assim, foi e continua sendo a opção do CISLAGOS, não ser um consórcio público, ainda que de direito privado, mas mantendo sua natureza jurídica de Associação pura e simples. Ou seja, trata-se de um consórcio administrativo, formalizado como associação de direito privado, que continua válido e não há qualquer imposição legal para que se converta em consórcio público. Todavia, considerando que se trata de uma Associação formada por entes públicos, o fato de não ter que observar as normas contidas na Lei Federal nº 11.107/2005, o CISLAGOS visa respeitar e aplicar os princípios basilares da administração pública, motivo pelo qual, realiza procedimentos licitatórios, seguindo seus trâmites legais, bem como encaminha prestação de contas mensal aos Municípios e mantém os dados abertos e disponíveis em sua página online, em respeito aos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade. Feitas essas considerações passamos à análise pormenorizada de cada item apontado como irregular.

De acordo com o Relatório Preliminar, quando da publicação dos Editais de Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento deixou-se de observar os valores previstos na tabela do Sistema Único de Saúde - SUS, supostamente contrariando o disposto no artigo 1º, §3º da Lei Federal nº 11.107/2005 e também na Portaria de Consolidação nº01/2017, artigo 130, §6º. Todavia, conforme exposto acima, o CISLAGOS não está subordinado à Lei Federal nº 11.107/2005. Não obstante, ainda que se entenda de maneira diversa, não há nenhum óbice legal para contratações acima do valor definido na tabela, senão vejamos a Portaria nº1606 de 11 de setembro de 2001 (documento 01): Art. 1º definir que os estados, Distrito Federal e municípios que adotarem tabela diferenciada para remuneração de serviços assistenciais de saúde deverão, para efeito de complementação financeira, empregar recursos próprios estaduais e/ou municipais, sendo vedada a utilização de recursos federais para esta finalidade. Também, segue a Portaria nº3410, de 30 de novembro de 2013 (documento 02): art. 19 - O gestor público de saúde do ente federativo contratante poderá definir valores adicionais às partes pré-fixadas e pós-fixadas, caso tenham capacidade de financiamento com fonte própria. Inclusive, o próprio Governo do Estado de Minas Gerais, através das Deliberações CIB-SUS/MG nº 3.593, de 05 de novembro de 2021 e CIBSUS/MG nº3070 de 04 de dezembro de 2019, preveem a complementação de valores, para pagamento acima da tabela do SUS. Logo, como afirmar que tal ato seria ilegal? Sendo que os Governos Federal e Estadual dispõem acerca de sua possibilidade? Portanto, não padecendo de nenhuma irregularidade. Ademais, o Consórcio criou medidas para atingir o objetivo pretendido, que é prestar o serviço. Os valores são definidos através de um Conselho Técnico, que após a realização de cotações com os preços reais de mercado, chegam ao montante que constam nos Credenciamentos.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 49/2022, 50/2022 e 51/2022, as pessoas físicas L.C.N., R.F.O. e L.A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca das não conformidades.

#### Análise da Justificativa:

1 - O CISLAGOS sendo constituído sob a forma jurídica de Associação Civil de Direito Privado Interno, com fins não econômicos é instituído e mantido por entes públicos para a execução de serviços públicos. De fato, em decorrência do disposto no art. 19 da Lei nº 11.107/2005, a lei não se aplica a consórcios administrativos cujos contratos tenham sido celebrados anteriormente a sua vigência. Assim, considerando que o CISLAGOS não integra a Administração Pública, a interpretação extensiva da PRC nº01/2017 é inadequada. O CISLAGOS deve observar os princípios basilares da Administração Pública, visto que presta serviço público. Entretanto, mediante a não incidência das disposições da Lei Federal nº 11.107/2005 e da PRC nº01/2017 e a inexistência de outras normas regulamentadoras quanto ao objeto da constatação, as justificativas apresentadas foram suficientes para afastar a não conformidade.

2 - Não houve manifestação das pessoas físicas notificadas.





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628965

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Profissionais

**Constatação:** O CISLAGOS celebrou contratos com o Hospital Gimirim para pagamento de procedimentos cirúrgicos eletivos em desacordo com legislação vigente.

**Evidência:** Constatou-se que o CISLAGOS celebrou contratos com o Hospital de Gimirim para o pagamento de valores dos procedimentos cirúrgicos eletivos no período de 2017 a 2020. Tais contratos estão formalizados apresentando cláusulas mínimas exigidas, regras claras e necessárias quanto ao objeto, acompanhamento, financiamento e execução. Contudo, o CISLAGOS não respeitou os Anexos I de Termos de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados que compõem os editais de credenciamento na formalização dos contratos dos anos de 2017, 2018 e 2019. A Minuta Contratual assinada no ano de 2017 - Cláusula Primeira - Objeto - apresenta cirurgias vasculares, dermatológicas e ortopédicas que não constam no Termo de Referência de 2017. O contrato nº 030/ 2018 - Cláusula Primeira - Objeto apresenta consultas em ortopedia que não foram previstas no Termo de Referência de 2018. O Contrato nº 036/2019 Cláusula Primeira - Objeto - apresenta cirurgias dermatológicas, consulta em ortopedia, ecocardiograma, ecocardiograma itinerante, eletrocardiograma, hernioplastia, hernioplastia umbilical, histeriorrafia inguinal com recessão intestinal, laringectomia total com esvaziamento cervical, linfadenectomia cervical bilateral e tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea que também não estavam previstos no Termo de Referência. Tal fato está em desacordo com Lei 8.666/93 - Capítulo III - DOS CONTRATOS - Seção II - Da Formalização dos Contratos art. 54 §1º.

**Fonte da Evidência:** Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº003/2017, Minuta Contratual firmada entre Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da região do Sul de Minas - CISLAGOS e Hospital de Gimirim, Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2018, Contrato nº030/2018, Edital de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento nº007/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1 - Por meio do Ofício nº10/2022, de 26/04/2022, o Presidente do CISLAGOS, Sr. L.C.N. encaminhou a seguinte manifestação: Minuta Contratual: cirurgias vasculares, dermatológicas e ortopédicas, que não constam no Termo de Referência. Minuta Contratual de 2018: consultas ortopédicas que não constam no Termo de Referência. Minuta Contratual de 2019: cirurgias dermatológicas, consulta de ortopedia, ecocardiograma itinerante, eletrocardiograma, hernioplastia, hernioplastia umbilical, histeriorrafia inguinal com recessão intestinal, laringectomia total com esvaziamento cervical, linfadenectomia cervical bilateral e tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea, que não constam no Termo de referência. No que tange a esse ponto, realmente houve uma falha. Porém, não ocorreu nenhum dano ao erário, prejuízos aos pacientes ou aos Municípios consorciados. Isso porque, em que pese por um equívoco os procedimentos não constarem nos termos de referência, há provas mais que suficientes de que os mesmos foram efetivamente prestados e pagos seguindo os mesmos parâmetros dos demais. Sob esse aspecto, há de se destacar o direito à saúde constitucionalmente garantido, que deve sempre ser resguardado e priorizado, sendo certo que meras questões procedimentais não podem se sobrepuser ao mesmo. O Consórcio disponibiliza inúmeros procedimentos e falhas como essas são ínfimas se comparadas com o todo. Ainda, essencial expor que a Lei nº13.655/2018 alterou a Lei de Introdução ao Direito Brasileiro, trazendo novos parâmetros para a interpretação das normas que incidem sobre a Administração Pública, pelo que destaco a disposta no artigo. 2: Art. 28 O agente público responderá por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Observa-se, pois, que esta nova hermenêutica visa coibir a

Auditoria nº 646



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



intervenção abstrata na Administração Pública, a qual, caso necessária, deverá pautar-se em situações concretas, com as consequências práticas da decisão. No presente caso, não houve dolo, má-fé ou prejuízo ao erário, uma vez que ocorreu a efetiva prestação do serviço e, consequentemente, realizado seu pagamento.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 49/2022, 50/2022 e 51/2022, as pessoas físicas L.C.N., R.F.O. e L.A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca das não conformidades.

**Análise da Justificativa:** 1 - O auditado reconhece a existência da não conformidade apontada. A manifestação justifica questões não apontadas pela equipe de auditoria como a efetiva prestação de serviços/pagamentos, dolo e/ou má-fé.

2 - não houve manifestação das pessoas físicas notificadas.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 3º, incisos XIII e XVI e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 e Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169 inciso III c/c §3º, inciso I.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que o CISLAGOS respeite os Termos de Referência - Relação dos procedimentos a serem credenciados que compõem os editais de credenciamento na formalização dos contratos, conforme preconizado pela Lei 8.666/93 - Capítulo III - DOS CONTRATOS - Seção II - Da Formalização dos Contratos art. 54 §1º. **Destinatários da Recomendação**

| Nome     | CPF/CNPJ           |
|----------|--------------------|
| CISLAGOS | 01.243.423/0001-03 |

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628962

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Empresa

**Constatação:** O CISLAGOS realizou pagamento ao Hospital Gimirim para execução de cirurgias eletivas em desacordo com os instrumentos jurídicos vigentes.

**Evidência:** Constatou-se que, no período de 2017 a 2020, o CISLAGOS credenciou e firmou contratos com o Hospital Gimirim para realização de cirurgias eletivas para seus consorciados mediante pagamento integral do procedimento conforme tabela definida em cada instrumento jurídico. Conforme CLAÚSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO dos contratos firmados, o consórcio libera a agenda dos procedimentos/cirurgias no sistema de informação. O município de origem deveria realizar o agendamento e encaminhar os pacientes por meio de guia de autorização assinada. O pagamento seria realizado após o hospital apresentar mensalmente relatório circunstanciado do total de procedimentos efetivamente realizados e notas fiscais. As notas fiscais, comprovantes de transferências bancárias, extratos bancários e relação nominal dos pacientes atendidos no período de 2017 a 2020 demonstraram conformidade na instrução dos processos de pagamento. Contudo, rastreando-se o fluxo de agendamento/autorização das cirurgias eletivas de 73 guias de autorização para procedimentos financiados pelo CISLAGOS, verificou-se que 42 foram emitidas pelo próprio CISLAGOS em data posterior à realização do procedimento; 11 foram emitidas pelo CISLAGOS em data anterior à realização do procedimento e somente 20 guias foram emitidas pela SMS de origem do

Auditoria nº 646





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



paciente, em data anterior à realização do procedimento, conforme evidenciado na TABELA 01 - Agendamento Cirurgias Eletivas CISLAGOS. Além disso, houve realização e pagamento de cirurgias sem previsão contratual. Em 2018, o contrato previa realização de cirurgias vasculares, dermatológicas e ortopédicas, porém foram realizadas e pagas cirurgias que, quando consultadas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), não se enquadram nestas especialidades como tireoidectomia, vasectomia, linfadenectomia, amidalectomia. Em 2019, foram realizadas e pagas 03 colestectomias sem que este procedimento estivesse na relação dos procedimentos contratados. Em 2020, foram realizados e pagos 01 tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea e 01 exploração articular c/ ou s/ sinovectomia de médias/grandes articulações sem que estes procedimentos estivessem na relação dos procedimentos contratados. Constatou-se ainda que o preço estipulado no contrato não foi respeitado. Houve diferenciação de valores pagos pelo CISLAGOS ao Hospital Gimirim para o mesmo procedimento, conforme demonstrado na TABELA 02 - Procedimentos com Valores Divergentes, anexa a este relatório. Tal fato está em desacordo com o Contrato nº 030/ 2018 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO e CLÁUSULA SEGUNDA -

REGIME DE EXECUÇÃO, item 2.2 alínea e Contrato nº 036/2019 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO e CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, item 2.2 alínea e Contrato nº 04/2020 - Cláusula Primeira - Objeto item 1.1 e Cláusula Sexta - Do Preço item 6.1.

**Fonte da Evidência:** Contrato nº 030/2018, Contrato nº 036/2019, Contrato nº 04/2020, Relatório Hospital de Gimirim - total pacientes do período de 2017 a 2020 emitida pelo CISLAGOS, Relatório Produção de Hospital Gimirim de Poço Fundo de novembro/2017, junho/2018, julho/2019 e outubro de 2020, Notas Fiscais, Comprovantes de transferências bancárias, Extratos bancários do Banco do Brasil Agência 168-6 c/c 11.007-8 do período de 2017 a 2020, Ofício nº 010/2020 de 29/12/2020, Ofício nº 005/2021 de 12/04/2021, Laudos do SUSFácil nºs 119710119, 119710114, 11971161, 512700816, 119710118, 119710115, 119710113, 119710220, 137304712, 137304711, 137304710, 137304713, 137304715, 137304714, 512700840, 119710219, 137304733, 137304734, 137304748, 137304746, 137304745, 137304750, 137304752, 119710246, 119710259, 119710260, 163902523, 119205559, 137304763, 137304764, 119710291, 119710782, 119710787, 119710804, 443800260, 719710786, 443800261, 137305149, 137305146, 137305145, 137305143, 137305141, 137305147, 119710956, 119710951, 137305265, 137305268, 137305274, 137305271, 137305266, 137305269, 137305270, 137305267, 129520425, 119711014, 129520436, 512701171, 119711000, 129520482, 137305295, 137305293, 163902870, 163902869, 163902871, 163902866, 163902867 e 119711065; Guias de autorização/CISLAGOS nºs 1228668, 1226039, 1226041, 1226042, 1226040, 1226043, 1212523, 1211727, 1214947, 1214950, 1214949, 1214945, 1214944, 1214948, 1214946, 1214951, 1216234, 1216825, 1224225, 1225345, 1225344, 1184280, 1184281, 1186346, 1176168, 1137094, 1137090, 1121715, 1121716, 1137091, 1129874, 1129856, 1129844, 1129867, 1129857, 1129872, 1121719, 1122401, 1129875, 1137095, 1137089, 1122394, 1137092, 1121714, 1129871, 1137093, 1121718, 1121717, 1122494, 1122485, 1137101, 1122480, 1137102, 1133327, 1122493, 1133328, 1133326, 1197515, 1197516, 1197517, 1195163, 1197519, 1211725, 1211722, 1211719, 1211723, 1211720, 1211724, 1211721, 1224226, 1226834 e 1212682.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1 - Por meio do Ofício nº 10/2022, de 26/04/2022, o Presidente do CISLAGOS, Sr. L.C.N. encaminhou a seguinte

manifestação: Nos termos do Relatório Técnico Preliminar, foram constatados 73 (setenta e três) guias de autorizações para fornecimento da prestação de serviços, que deveriam ter sido emitidas anterior a realização dos procedimentos e pelas Secretarias Municipais, sendo que: - 42 (quarenta e duas): foram emitidas pelo próprio CISLAGOS em data posterior a realização dos procedimentos. Cumpre esclarecer que as Guias são documentos necessários para que o paciente leve ao prestador, como uma autorização para realização do procedimento, além de comprovar os procedimentos efetivamente realizados. Todavia, há algumas situações em que não é possível identificar de imediato o procedimento que será realizado no paciente. Dessa forma, era emitido somente AIH - Autorização de Internação Hospitalar e posteriormente a guia com o procedimento adequado à necessidade do paciente. Assim, no intuito de demonstrar a regularidade, seguem anexas as respectivas Autorizações (documento 03).

- 11 (onze): foram emitidas pelo Cislago, em data anterior dos procedimentos. As guias foram emitidas pelo CISLAGOS para agilizar a prestação de serviços, em especial quando se tratava de situações urgentes. Dessa forma, o serviço era autorizado pelo



Secretário (a) Municipal de maneira informal. Porém, ainda assim há as Autorizações de Internações Hospitalares, bem como se apresenta as Autorizações atualizadas dos secretários (as) (documento 04). - 20 (vinte): foram emitidas anterior a realização dos procedimentos e pelas Secretarias Municipais de Saúde - Forma correta.

É também pontuado que houve realização de cirurgias sem previsão contratual: Ano de 2018: contrato previa realização de cirurgias vasculares, dermatológicas e ortopédicas, porém em consulta ao CBO, as realizadas foram de tireoidectomia, vasectomia, linfadenectomia e amidelectomia. Ano de 2019: foram realizadas 03 (três) colestectomias sem que estivessem previstas no contrato. Ano de 2020: foram realizados 01 (um) tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea e 01 (uma) exploração articular c/ ou s/ sinovectomia, sem que estivessem previstas no contrato. Mesma situação no item III acima, não houve prejuízo, dolo ou má-fé. Além dessas questões, restou constatado que o preço estipulado no contrato é diferente do valor pago, e ainda, há o pagamento de iguais procedimentos, com valores divergentes.

Preço do contrato diferente do valor pago: o valor que foi pago foi menor do contratado. Isso porque, o CISLAGOS pagava somente a complementação de 50% da tabela SUS. Vejamos, nos casos em que foram pagos os valores de 2,5 vezes a tabela sus foi devido ao município não enviar o paciente pelo SUS, tendo feito a cirurgia diretamente pelo Cislago, sendo pago seu valor integral.

Pagamento de iguais procedimentos com valores diferentes: sem razão. Isso ocorreu pela mesma razão do item anterior, ou seja, a complementação do CISLAGOS que foi diferente, o que gerou essa divergência, mas no final o prestador recebeu o mesmo valor por todos, veja-se tabela.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 49/2022, 50/2022 e 51/2022, as pessoas físicas L.C.N., R.F.O. e L.A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca das não conformidades.

#### Análise da Justificativa:

1 - A manifestação do auditado, incluindo documentação apresentada acerca do fluxo de agendamento/autorização das cirurgias eletivas confirma o apontado no campo evidência e reforça que não foi respeitado o estabelecido em contrato. Os Laudos para solicitação de autorização hospitalar enviados pelo auditado demonstram que estes foram emitidos pelo prestador no momento da internação do usuário do SUS e os documentos das autorizações atualizadas dos Secretários Municipais de Saúde referem-se à cirurgias citadas pelo Relatório de Auditoria, mas são datadas no período atual. Vale ressaltar que se trata de cirurgias eletivas, passivas de programação com agendamento prévio, não havendo justificativa para o atropelamento de fluxos, nem para a não identificação do procedimento a ser realizado. Acerca da realização de cirurgias sem previsão contratual, o auditado confirma a não conformidade e reafirma o citado anteriormente que não houve prejuízo, dolo ou má-fé na realização das cirurgias. Essa manifestação do auditado justifica questões que não foram apontadas pela equipe de auditoria. Quanto ao preço estipulado em contrato ser diferente do valor pago pelo CISLAGOS ao Hospital Gimirim, o auditado apresenta tabelas demonstrando que havia relação entre o valor pago pelo consórcio e o valor pago por procedimento em AIH, fato que não estava previsto em contrato, uma vez que no mesmo a previsão de pagamento era de valor integral e não complementação de tabela. O Ofício nº10/20 do CISLAGOS encaminhado à Superintendência Regional de Saúde de Alfenas, de 29/12/2020, citado na fonte de evidência deste relatório, reforça esta situação, pois relata: "...o Cislago não faz nenhum tipo de complementação de pagamento de cirurgias para os procedimentos realizados pelo Hospital de Gimirim e à Santa Casa de Alfenas. O Cislago possui uma tabela diferenciada de valores que é feita por uma comissão de negociação indicada pelo Presidente do Consórcio (Portaria 004/2020). Assim, os municípios ao pagarem as cirurgias pelos Cislago já pagam o valor completo dela, não existe nenhum tipo de complementação feita ao SUS por parte do Cislago...". Portanto, o preço estipulado no contrato não foi respeitado e houve diferenciação de valores pagos pelo CISLAGOS ao Hospital Gimirim para o mesmo procedimento.

2 - não houve manifestação das pessoas físicas notificadas.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e e subsequente comunicação do fato constatado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais em razão do disposto no art. 3º, incisos XIII e XVI e art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, Lei nº 8.666/93 art.

66 e Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169 inciso III c/c §3º, inciso I.

Auditoria nº 646



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

Acatamento da Justificativa: Não

**Recomendação:** Recomenda-se que o CISLAGOS siga os instrumentos jurídicos vigentes como Contrato nº 030/ 2018 - CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO e CLAÚSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, item 2.2 alínea e Contrato nº 036/2019 CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO e CLAÚSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO, item 2.2 alínea e Contrato nº04/2020 - Cláusula Primeira - Objeto item 1.1 e Cláusula Sexta - Do Preço item 6.1. **Destinatários da**

### Recomendação

| Nome     | CPF/CNPJ           |
|----------|--------------------|
| CISLAGOS | 01.243.423/0001-03 |

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 628963

**Subgrupo:** Execução Orçamentária **Item:**

Prestação de Contas

**Constatação:** O CISLAGOS não realiza e não divulga adequadamente as Prestações de Contas, conforme a legislação vigente.

Auditoria nº 646



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado

**Evidência:**

Constatou-se que o CISLAGOS não realiza e não divulga adequadamente as Prestações de Contas, conforme a legislação vigente. Não foram apresentados documentos que compõe a Prestação de Contas como Relatório de Gestão Fiscal (Demonstrativo da Despesa com Pessoal, Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, Demonstrativo dos Restos a Pagar) e que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Balanço Orçamentário, Demonstrativo da Execução das Despesas por Função e Subfunção). Foram apresentadas somente as atas de aprovação de Prestação de Contas pelo Conselho de Prefeitos. No site do CISLAGOS estão disponíveis para consulta apenas os balancetes mensais de receitas e despesas do período de 2017 a 2020. Tal fato está em desacordo com Lei nº 12.527/2011 art. 1º (caput), 2º (caput) e §2º e Portaria STN Nº 274/2016 - CAPÍTULO VI - DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO art. 13 e art. 14.

**Fonte da Evidência:**

Edital de Convocação de Assembleia Geral de 04/12/2017 e Ata de Reunião da Diretoria do CISLAGOS de 12/12/2017, Edital de Convocação do Conselho de Prefeitos de 22/11/2018 e Ata de Reunião do Conselho de Prefeitos do CISLAGOS de 28/11/2018, Edital de Convocação do Conselho de Prefeitos de 22/11/2019 e Ata de Reunião do Conselho de Prefeitos do CISLAGOS de 04/12/2019, Convite Conselho de Prefeitos de 03/12/2020 e Ata de Reunião do Conselho de Prefeitos do CISLAGOS de 11/12/2020, consulta ao site do CISLAGOS <http://www.cislagos.com.br/cislagos/sgs00000/licitacao.php>, em 08/06/2021 em que foram consultados os balancetes mensais de receitas e despesas do período de 2017 a 2020.

**Conformidade:** Não Conforme**Justificativa:** 1 - Por meio do Ofício nº10/2022, de 26/04/2022, o Presidente do CISLAGOS, Sr. L.C.N. encaminhou a seguinte

manifestação: Conforme detidamente delineado no item I acima, o CISLAGOS em razão de ter sido constituído antes do ano de 2005, quando passou a validade da Lei Federal nº 11.107/2005, não se subordina a mesma. Ao respectivo Consórcio Ihe é aplicado as regras previstas para as Associações Privadas. Portanto, a forma como é atualmente a prestação de contas, em assembleia é a correta, não havendo que se falar em subordinação ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

2. Por meio dos Ofícios SES/AUDSUS nº. 49/2022, 50/2022 e 51/2022, as pessoas físicas L.C.N., R.F.O. e L.A.S., respectivamente, foram notificadas e não se manifestaram acerca das não conformidades.

**Análise da Justificativa:**

1 - O CISLAGOS sendo constituído sob a forma jurídica de Associação Civil de Direito Privado Interno, de fato não está sujeito às regras da PT STN nº 274/2016. Contudo, o auditado não tem razão ao argumentar que não está sujeito ao TCE-MG. Conforme expressa disposição do art. 2º, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 102/2008 sujeitam-se à jurisdição do TCE, "a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município". Assim, na condição de pessoa jurídica que administra e utiliza recursos públicos da saúde oriundos dos cofres dos municípios consorciados, o CISLAGOS é jurisdicionado ao TCE-MG.

2 - não houve manifestação das pessoas físicas notificadas.

Por fim, avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim**VI - RESULTADO DA DENÚNCIA**

**Fato:** Falta de transparência na realização e divulgação das Prestações de Contas pelo CISLAGOS.

**Tipo:** Recursos Financeiros - Gerenciamento dos Recursos de Saúde **Demanda Nº:** 106133

**Fato:** Existência de pagamento em duplicidade ao Hospital Gimirim pela realização de procedimentos cirúrgicos eletivos pelo SUS e pelo Consorcio CISLAGOS.

**Tipo:** Recursos Financeiros - Pagamento a prestadores do Serviço de **Demanda Nº:** 106133



Saúde

## VII - CONCLUSÃO

### Resultado da Denúncia:

1 - Fato: Falta de transparência na realização e divulgação das Prestações de Contas pelo CISLAGOS.

Tipo: Recursos Financeiros - Gerenciamento dos Recursos de Saúde

Demanda Nº: 106133

Resultado da Denúncia: A constatação nº 628963 apontou que o CISLAGOS não realizava e não divulgava adequadamente as Prestações de Contas, contudo, a manifestação apresentada pelo auditado frente ao Relatório Preliminar afastou a não conformidade, pois demonstrou que a Lei Federal nº 11.107/2005 e a PT STN nº 274/2016 não se aplicam ao auditado em razão de estar constituído como consórcio administrativo antes da vigência da referida lei.

Apuração: 24/05/2021.

Procede: não.

2 - Fato: Existência de pagamento em duplicidade ao Hospital Gimirim pela realização de procedimentos cirúrgicos eletivos pelo SUS e pelo Consorcio CISLAGOS.

Tipo: Recursos Financeiros - Pagamento a prestadores do Serviço de Saúde

Demanda Nº: 106133

Resultado da Denúncia: Este fato refere-se a indício de cobranças irregular pelo prestador hospitalar (Hospital Gimirim) em razão da possibilidade de pagamento em duplicidade pela realização de procedimentos cirúrgicos eletivos. Desta forma, esse fato foi contemplado no processo administrativo referente ao Relatório de Auditoria nº. 647 (Prestador).

Apuração: 24/05/2021.

### Conclusão

Concluiu-se que os objetivos desta auditoria foram alcançados. O CISLAGOS adotou procedimentos administrativos e os atos legais para pagamento de valores dos procedimentos cirúrgicos eletivos ao Hospital de Gimirim, porém foram encontradas não conformidades como: valores das propostas de pagamentos do CISLAGOS nos Editais de Inexigibilidade de licitação para Credenciamento do período de 2017 a 2020 que não utilizam a Tabela SUS como referência; celebração de contratos com o Hospital Gimirim para pagamento de procedimentos cirúrgicos eletivos em desacordo com legislação vigente e pagamento por parte do consórcio ao Hospital Gimirim para execução de cirurgias eletivas em desacordo com os instrumentos jurídicos vigentes. Mediante manifestação do auditado e da não subordinação do CISLAGOS à Lei nº 11.107/2005, as Prestações de Contas apresentadas e divulgadas pelo consórcio foram consideradas adequadas.

## X - ANEXOS

### TABELA 01





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



TABELA 01 - Agendamento Cirurgias Eletivas CISLAGOS

| PACIENTE | CIDADE DE ORIGEM   | PRONTUÁRIO Nº | DATA INTERNAÇÃO | PROCEDIMENTO                         | DATA DO AGENDAMENTO NO CISLAGOS | RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO | NOTA FISCAL EMITIDA HOSPITAL GIMIRIM AO CISLAGOS | VALORES PAGOS/ CISLAGOS |
|----------|--------------------|---------------|-----------------|--------------------------------------|---------------------------------|------------------------------|--|-------------------------|
| M.D.G.   | Alterosa           | 13646         | 05/11/2018      | Tireoidectomia total c/ esvaziamento | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 383,88              |
| K.A.C.C. | Carmo do Rio Claro | 13645         | 05/11/2018      | Adenoidectomia                       | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 174,09              |
| G.M.R.P. | Monte Belo         | 13652         | 11/11/2018      | Tireoidectomia total c/ esvaziamento | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 383,88              |
| A.F.L.   | Campos Gerais      | 13654         | 11/11/2018      | Adenoidectomia                       | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 174,09              |
| M.L.F.   | Cabo Verde         | 13653         | 11/11/2018      | Hernioplastia epigástrica            | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 279,94              |
| J.O.S.A. | Carmo do Rio Claro | 13655         | 12/11/2018      | Adenoidectomia                       | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 174,09              |
| K.G.A.O. | Carmo do Rio Claro | 13666         | 18/11/2018      | Amigdalectomia c/ Adenoidectomia     | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 168,61              |
| M.F.B.F. | São Pedro da União | 13668         | 19/11/2018      | Tireoidectomia total c/ esvaziamento | 05/12/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 383,88              |
| T.P.B.   | São José da Barra  | 13681         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| A.A.M.S. | São José da Barra  | 13677         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| A.J.P.   | São José da Barra  | 13678         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| J.R.M.   | São José da Barra  | 13679         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| R.A.B.   | São José da Barra  | 13680         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| A. S.S.  | São José da Barra  | 13676         | 23/11/2018      | vasectomia                           | 26/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 153,24              |
| E.M.C    | Campos Gerais      | 13684         | 25/11/2018      | Tireoidectomia total c/ esvaziamento | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 383,88              |
| G.C.R.   | Alterosa           | 13683         | 25/11/2018      | Amigdalectomia c/ Adenoidectomia     | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 191  | R\$ 168,61              |
| A.O.S.   | São José da Barra  | 13697         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| W.M.S.   | São José da Barra  | 13693         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| F.F.S.   | São José da Barra  | 13692         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| E.F.M    | São José da Barra  | 13696         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| E.G.P    | São José da Barra  | 13695         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| W.J.C.   | São José da Barra  | 13694         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| P.S.D.   | São José da Barra  | 13690         | 30/11/2018      | vasectomia                           | 05/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 153,24              |
| L.O.F.R. | Paraguçu           | 13670         | 02/12/2018      | Adenoidectomia                       | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 168,31              |
| M.A.A.B. | Campo do Meio      | 13699         | 02/12/2018      | Adenoidectomia                       | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 174,09              |
| J.M.C.   | Campo do Meio      | 13702         | 03/12/2018      | Adenoidectomia                       | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 174,09              |
| R.V.P.S. | Coqueiral          | 13704         | 03/12/2018      | Adenoidectomia                       | 15/01/2019                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 168,31              |
| G.C.D.B. | São José da Barra  | 13707         | 05/12/2018      | postectomia                          | 17/12/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 109,56              |
| H.G.O.   | São José da Barra  | 13708         | 05/12/2018      | postectomia                          | 17/12/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 109,56              |
| L.C.S.   | São José da Barra  | 13709         | 05/12/2018      | postectomia                          | 17/12/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 109,56              |
| S.B.R.   | Campo do Meio      | 13718         | 16/12/2018      | Adenoidectomia                       | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 174,09              |
| R.X.P.   | Campo do Meio      | 13723         | 17/12/2018      | Adenoidectomia                       | 28/11/2018                      | CISLAGOS                     | 198  | R\$ 174,09              |
| M.M.R.   | Campo do Meio      | 13845         | 15/04/2019      | amigdalectomia                       | 12/04/2019                      | SMS Campo do Meio            | 232  | R\$ 766,42              |
| R.L.A.   | Juruaia            | 13886         | 06/05/2019      | varicocele                           | 01/05/2019                      | SMS Juruaia                  | 238  | R\$ 643,90              |
| J.P.M.   | Juruaia            | 13887         | 06/05/2019      | Tireodectomia total                  | 01/05/2019                      | SMS Juruaia                  | 238  | R\$ 1.128,43            |
| R.C.A.   | Juruaia            | 13899         | 13/05/2019      | varicocele                           | 13/05/2019                      | SMS Juruaia                  | 238  | R\$ 643,90              |
| C.A.M.   | Juruaia            | 13917         | 20/05/2019      | Tireodectomia total                  | 29/05/2019                      | SMS Juruaia                  | 238  | R\$ 225,68              |





TABELA 01





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



| PACIENTE | CIDADE DE ORIGEM   | PRONTUÁRIO Nº | DATA INTERNAÇÃO | PROCEDIMENTO        | DATA DO AGENDAMENTO NO CISLAGOS | RESPONSÁVEL PELO AGENDAMENTO | NOTA FISCAL EMITIDA HOSPITAL GIMIRIM AO CISLAGOS | VALORES PAGOS/ CISLAGOS |
|----------|--------------------|---------------|-----------------|---------------------|---------------------------------|------------------------------|--|-------------------------|
| R.A.S.R. | Alterosa           | 13918         | 20/05/2019      | Adenoidectomia      | 11/06/2019                      | CISLAGOS                     | 238  | R\$ 870,42              |
| R.L.S.   | Alterosa           | 13915         | 20/05/2019      | Adenoidectomia      | 11/06/2019                      | CISLAGOS                     | 238  | R\$ 766,42              |
| N.S.G.   | União              | 13916         | 20/05/2019      | Tireodectomia total | 11/06/2019                      | CISLAGOS                     | 238  | R\$ 1.949,45            |
| A.L.S.   | Alterosa           | 13923         | 22/05/2019      | Adenoidectomia      | 11/06/2019                      | CISLAGOS                     | 238  | R\$ 870,42              |
| R.F.     | União              | 13940         | 03/06/2019      | Tireodectomia total | 04/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 225,68              |
| R.M.M.   | Barra              | 13928         | 10/06/2019      | Vasectomia          | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 153,24              |
| D.C.S.   | Barra              | 13956         | 10/06/2019      | Vasectomia          | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 153,24              |
| A.J.B.   | Barra              | 13957         | 10/06/2019      | Vasectomia          | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 153,24              |
| A.C.B.   | Barra              | 13954         | 10/06/2019      | postectomia         | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 109,56              |
| B.L.N.   | Barra              | 13958         | 10/06/2019      | postectomia         | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 109,56              |
| P.S.F.O. | Barra              | 13955         | 10/06/2019      | Vasectomia          | 03/07/2019                      | CISLAGOS                     | 244  | R\$ 153,24              |
| I.L.A.   | Guaranésia         | 13986         | 08/07/2019      | Tireodectomia total | 05/07/2019                      | CISLAGOS                     | 249  | R\$ 383,89              |
| F.O.C.   | Carmo do Rio Claro | 13984         | 08/07/2019      | varizes bilateral   | 04/07/2019                      | SMS Carmo do Rio Claro       | 249  | R\$ 291,02              |
| W.L.B.   | São José da Barra  | 14002         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| J.A.C.   | São José da Barra  | 14003         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| W.S.B.   | São José da Barra  | 14001         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| D.A.     | São José da Barra  | 14004         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| R.A.R.   | São José da Barra  | 14006         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| T.R.C.   | São José da Barra  | 14007         | 21/07/2019      | Vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| A.A.S.   | São José da Barra  | 14005         | 21/07/2019      | vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| M.S.B.   | São José da Barra  | 14000         | 21/07/2019      | vasectomia          | 19/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 249  | R\$ 153,24              |
| C.H.O.P. | Alpinópolis        | 14008         | 22/07/2019      | Varizes unilateral  | 08/07/2019                      | CISLAGOS                     | 249  | R\$ 241,68              |
| L.A.P.C. | Fama               | 14009         | 22/07/2019      | Tireodectomia total | 23/07/2019                      | CISLAGOS                     | 249  | R\$ 383,89              |
| M.M.S.L. | Alpinópolis        | 14016         | 24/07/2019      | varizes bilateral   | 02/08/2019                      | CISLAGOS                     | 249  | R\$ 291,02              |
| E.M.F.   | Campo do Meio      | 14015         | 24/07/2019      | Adenoidectomia      | 23/07/2019                      | SMS Campo do Meio            | 249  | R\$ 174,09              |
| J.P.S.O. | Campos Gerais      | 14017         | 25/07/2019      | Adenoidectomia      | 25/07/2019                      | SMS Campos Gerais            | 249  | R\$ 168,61              |
| A.M.S.   | Campo do Meio      | 14020         | 28/07/2019      | Amigdalectomia      | 25/07/2019                      | SMS Campo do Meio            | 249  | R\$ 153,29              |
| R.R.O.   | Alpinópolis        | 14021         | 28/07/2019      | Varizes unilateral  | 25/07/2019                      | CISLAGOS                     | 249  | R\$ 241,68              |
| A.D.S.   | São José da Barra  | 14028         | 31/07/2019      | postectomia         | 26/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 255  | R\$ 109,56              |
| A.R.F.   | São José da Barra  | 14023         | 31/07/2019      | postectomia         | 26/07/2019                      | SMS de São José da Barra     | 255  | R\$ 109,56              |
| G.A.S.   | Coqueiral          | 14034         | 01/08/2019      | Vasectomia          | 31/07/2019                      | CISLAGOS                     | 255  | R\$ 143,24              |
| C.R.C.   | Coqueiral          | 14030         | 01/08/2019      | Vasectomia          | 31/07/2019                      | CISLAGOS                     | 255  | R\$ 153,24              |
| J.L.S.   | Coqueiral          | 14031         | 01/08/2019      | Vasectomia          | 31/07/2019                      | CISLAGOS                     | 255  | R\$ 153,24              |
| C.R.E.   | Coqueiral          | 14033         | 01/08/2019      | Vasectomia          | 31/07/2019                      | CISLAGOS                     | 255  | R\$ 153,24              |
| V.L.A.   | Coqueiral          | 14032         | 01/08/2019      | Vasectomia          | 31/07/2019                      | CISLAGOS                     | 255  | R\$ 153,24              |
| M.P.S.L. | Carmo do Rio Claro | 14064         | 26/08/2019      | varizes bilateral   | 08/08/2019                      | SMS Carmo do Rio Claro       | 255  | R\$ 291,02              |

Fonte: Relatório de Cirurgias por Notas Fiscais elaborada pelo CISLAGOS, Notas Fiscais dos procedimentos realizados pelo Hospital Gimirim para o CISLAGOS no período de 2017 a 2020.



TABELA 02





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



TABELA 01 - Procedimentos com Valores Divergentes

| ANO  | PROCEDIMENTO   | VALOR EM CONTRATO            | VALOR EM CONTRATO EM R\$ | VALOR PAGOS PELO CISLAGOS |
|------|--|------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| 2018 | Adenoidectomia   | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 174,09                |
|      | Amidalectomia com adenoidectomia   | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 168,61                |
|      | Colecistograma oral  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 347,89                |
|      | Exerese de cisto tireoglossos  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 240,03                |
|      | Hernioplastia epigástrica  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 279,94                |
|      | Linfadenectomia cervical   | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 249,85                |
|      | Paratireodectomia  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 290,36                |
|      | Postectomia  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 109,56                |
|      | Tireoidectomia com esvaziamento ganglionar                                 | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 383,88                |
|      | Varizes bilateral  | tabela SUS + 50%             | R\$ 873,06               | R\$ 291,02                |
| 2019 | Vasectomia   | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 153,24                |
|      | Adenoidectomia   | sem relação com a Tabela SUS | 870,42                   | R\$ 522,75                |
|      |  |                              |                          | R\$ 174,09                |
|      | Amidalectomia  | sem relação com a Tabela SUS | 766,42                   | R\$ 153,29                |
|      | Amidalectomia com adenoidectomia   | sem relação com a Tabela SUS | 843,05                   | R\$ 168,61                |
|      | Colecistectomia  | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 1.739,43              |
|      | Colecistograma oral  | sem relação com a Tabela SUS | 1.739,43                 | R\$ 695,77                |
|      |  |                              |                          | R\$ 349,89                |
|      |  |                              |                          | R\$ 1.043,66              |
|      | Exerese de cisto Branquial   | sem relação com a Tabela SUS | 869,43                   | R\$ 163,85                |
|      | Exerese de cisto tireoglossos  | sem relação com a Tabela SUS | 1.200,15                 | R\$ 720,09                |
|      | Hernioplastia epigástrica  | sem relação com a Tabela SUS | 1.399,68                 | R\$ 279,94                |
|      | Herniorrafia inguinal com recessão intestinal                              | sem relação com a Tabela SUS | 946,72                   | R\$ 188,47                |
|      | Postectomia  | sem relação com a Tabela SUS | 547,80                   | R\$ 109,56                |
|      | Tireoidectomia total   | sem relação com a Tabela SUS | 1.128,43                 | R\$ 1.949,45              |
|      |  |                              |                          | R\$ 225,68                |
|      | Tireoidectomia total com esvaziamento ganglionar                           | sem relação com a Tabela SUS | 1.949,45                 | R\$ 1.151,65              |
|      |  |                              |                          | R\$ 1.919,43              |
|      |  |                              |                          | R\$ 383,89                |
|      | Tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea           | sem relação com a Tabela SUS | 643,90                   | R\$ 256,97                |
|      |  |                              |                          | R\$ 385,93                |
| 2020 | Varizes bilateral  | sem relação com a Tabela SUS | 1.455,10                 | R\$ 291,02                |
|      | Varizes unilateral   | sem relação com a Tabela SUS | 1.208,43                 | R\$ 241,68                |
|      | Vasectomia   | sem relação com a Tabela SUS | 153,24                   | R\$ 766,18                |
|      | Tratamento de varicocele por embolização ou esclerose percutânea           | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 643,90                |
|      | Exploração articular c/ ou s/ sinovectomia de médias /grandes articulações | sem previsão                 | sem previsão             | R\$ 929,81                |

Fonte: Contrato nº 030/2018, Contrato nº 036/2019, Contrato nº 04/2020, Relatório Hospital de Gimirim – total pacientes e Relatório de Cirurgias por Notas Fiscais do período de 2017 a 2020 emitidos pelo CISLAGOS, Relatório Produção de Hospital Gimirim de Poço Fundo de novembro/2017, junho/2018, julho/2019 e outubro de 2020, Notas Fiscais do período de 2017 a 2020